

**Gustavo de Carvalho Guadanhin**

# **PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA**

**aplicação nos delitos contra a  
Administração Pública**

Curitiba  
Juruá Editora  
2018

**1ª edição**

---

Visite nossos *sites* na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

**ISBN: 978-85-362-7553-6**

**JURUÁ**  
EDITORA

**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil  
**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Guadanhin, Gustavo de Carvalho.

G897      Princípio da insignificância: uma análise dog-  
mática e sua aplicação nos delitos contra a adminis-  
tração pública./ Gustavo de Carvalho Guadanhin./  
Curitiba: Juruá, 2018.  
214p.

1. Insignificância (Direito). 2. Crime contra a  
administração pública. I. Título.

000103

CDD 345.02323 (22.ed.)  
CDU 343.35

---

1113515

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo 1 O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E O DIREITO PENAL.....</b>	<b>21</b>
1.1 <i>MINIMA NON CURAT PRAETOR</i> : AS ORIGENS DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.....	21
1.2 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E NORMATIVIDADE DOS PRINCÍPIOS .....	25
1.2.1 Princípios e Regras .....	26
1.2.2 Identificação de uma Norma como Sendo de Direito Fundamental.....	29
1.2.3 Princípio da Insignificância: Norma de Direito Fundamental Atribuída.....	31
1.2.3.1 A liberdade e a legalidade penal no Estado Democrático de Direito.....	32
1.2.3.2 O princípio da insignificância como corolário do princípio da ofensividade à luz do princípio da igualdade.....	41
1.3 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA POLÍTICA CRIMINAL.....	43
1.3.1 Hipertrofia Criminal e Conceito Material de Delito ....	43
1.3.2 Posturas Político-Criminais .....	47
1.3.3 Delitos Bagatelares e Institutos Processuais e de Direito Material.....	49
1.4 BAGATELA E PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA COMO DIREITO SUBJETIVO .....	52

<b>Capítulo 2 O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA DOGMÁTICA PENAL.....</b>	<b>55</b>
2.1 SISTEMAS DE DIREITO PENAL.....	56
2.1.1 Modelo Clássico.....	57
2.1.2 Modelo Positivista.....	62
2.1.3 Modelo Neokantista.....	69
2.1.4 Modelo Finalista.....	73
2.1.5 Modelos Pós-Finalistas: Funcionalismo.....	78
2.2 SISTEMA TELEOLÓGICO-FUNCIONALISTA E PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.....	89
 <b>Capítulo 3 O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....</b>	 <b>93</b>
3.1 PANORAMA GERAL: ORIGENS E PARTICULARIDADES.....	93
3.2 NORMATIVIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	98
3.3 O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA DOGMÁTICA JURÍDICO-PENAL BRASILEIRA.....	102
3.3.1 Escorço Histórico da Dogmática Jurídico-Penal Brasileira.....	103
3.3.2 Modelo Teleológico-Funcionalista: o Sistema Penal Integral.....	106
3.3.2.1 Norma penal como norma de determinação..	110
3.3.2.2 Esquema bipartido do delito.....	114
3.3.2.2.1 Norma de conduta e antijuridicidade.....	116
3.3.2.2.2 Norma de sanção e culpabilidade..	121
3.3.3 Princípio da Insignificância no Sistema Penal Integral.....	124
3.4 VANTAGENS DO MODELO PROPOSTO E SUPERACÇÃO DAS CRÍTICAS AO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.....	126

<b>Capítulo 4 O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS DELITOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>133</b>
4.1 BEM JURÍDICO TUTELADO.....	133
4.1.1 Origens, Desenvolvimento e Funções do Conceito de Bem Jurídico .....	134
4.1.2 Administração Pública e Bem Jurídico: Tutela Penal Subsidiária .....	139
4.2 TUTELA PENAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO .....	143
4.2.1 Critério de Classificação dos Delitos .....	143
4.2.2 “Administração Pública”: Alcance do Termo .....	144
4.2.3 Identificação dos Bens Jurídicos Tutelados .....	152
4.3 A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: UMA ANÁLISE ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA .....	158
4.3.1 Delitos Praticados por Funcionário Público.....	159
4.3.2 Delitos Praticados por Particular.....	164
4.3.3 Análise Crítica: um Necessário Retorno ao Sistema Penal .....	169
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>175</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>189</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>	<b>201</b>